

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i32.841>

“O CONCILIADOR DO MARANHÃO” E “MEMÓRIA SOBRE A TIPOGRAFIA MARANHENSE” IMPRESSOS DO SÉCULO XIX: considerações sobre a matéria prima papel e ações extrínsecas invasivas praticadas por consulentes¹

"O CONCILIADOR DO MARANHÃO" AND "MEMÓRIAS SOBRE A TIPOGRAFIA MARANHENSE" PRINTS FROM THE 19TH CENTURY: considerations on paper as a raw material and invasive extrinsic actions practiced by consultants

“O CONCILIADOR DO MARANHÃO” Y “MEMÓRIA SOBRE A TIPOGRAFIA MARANHENSE” IMPRESOS DEL SIGLO XIX: consideraciones sobre la materia prima papel y acciones extrínsecas invasivas practicadas por consultores

REGIANE APARECIDA CAIRE DA SILVA
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5828-6003>
Doutora em História da Ciência pela PUC-SP
Professora da Universidade Federal do Maranhão
São Luís/Maranhão/Brasil
regiane.caire@ufma.br

Resumo: O estudo aborda ações invasivas caracterizadas por riscos, marcas e anotações caligráficas ocorridos em duas obras do século XIX, são elas: o jornal *O Conciliador do Maranhão* e o livro *Memória sobre a tipografia maranhense*, de José Maria Correa de Frias. Os motivos das escolhas se deram pelo fato do jornal ser a primeira impressão no Maranhão, em 1821, e o livro por tratar de um relato sensível e significativo do autor e impressor Frias referente às atividades gráficas daquele momento em São Luís. Abordou-se sobre o bem público, a educação patrimonial e a fragilidade do papel. Sobre este último o estudo apontou sua história e diferentes modos de fabricação, com destaque para o uso como matéria prima da impressão no oitocentos. Como resultado, infere-se que as obras sofreram interferências de consulentes específicos, e não agressões feitas por público leigo, e que os rastros deixados são irreversíveis e um mau exemplo.

Palavras-chave: Imprensa. Maranhão. Conservação do Papel.

Abstract: The study addresses invasive actions characterized by scratches, marks and calligraphic annotations that took place in two works from the nineteenth century: the newspaper *O Conciliador do Maranhão* and the book *Memórias sobre a tipografia Maranhense* by José Maria Correa de Frias. We chose them for the following reasons: the newspaper because it was the first printing in Maranhão, in 1821, and the book because it is a sensitive and significant report, by author and printer Frias, regarding the printing activities at that time in São Luís. We took into consideration the common good, heritage education, and the fragility of paper. About the latter, the study pointed out its history and different manufacturing modes, with emphasis on its use as raw material for printing in the 1800s. As a result, it is inferred that the works suffered interference from specific consultants, and not aggressions made by lay people, and that the traces left behind are irreversible and a bad example.

¹ Artigo submetido à avaliação em abril de 2021 e aprovado para publicação em junho de 2021.

Keywords: Press. Maranhão. Paper Conservation.

Resumen: El estudio aborda las acciones invasivas caracterizadas por riesgos, marcas y anotaciones caligráficas ocurridas en dos obras del siglo XIX: el periódico *O Conciliador do Maranhão* y el libro *Memória sobre a tipografia maranhense*, de José Maria Correa de Frias. Los motivos de las escogencias fueron: el periódico, por ser la primera impresión de Maranhão en 1821, y el libro, por tratarse de un relato sensible y significativo del autor e impresor Frias sobre la actividad gráfica de ese momento en São Luís. Se abordó el bien público, la educación patrimonial y la fragilidad del papel. Sobre ese soporte, el estudio apuntó su historia y los diferentes modos de fabricación, con énfasis en el uso como materia prima de la impresión en el siglo XVIII. Como resultado, se infiere que las obras sufrieron la interferencia de consultores específicos, y no agresiones hechas por legos, y que las huellas dejadas son irreversibles y un mal ejemplo.

Palabras clave: Prensa. Maranhão. Conservación del papel.

Introdução

O presente trabalho analisa dois impressos maranhenses oitocentistas: o jornal *O Conciliador do Maranhão*² e o livro *Memória sobre a tipografia maranhense*, de José Maria Correa de Frias (1866). As obras escolhidas fazem parte do patrimônio material cultural maranhense, destacando-se o jornal e o livro pela relevância histórica tipográfica local, bem como o interesse da conservação do estado físico em que as obras se encontram³. *O Conciliador do Maranhão* foi o primeiro periódico impresso no Maranhão, em 1821, logo após a Revolução Constitucionalista do Porto – Portugal, ocorrida em agosto de 1820. Essa revolução promoveu a liberação da imprensa e acabou com a exclusividade da Impressão Régia no Brasil, incentivando novos prelos e editores (CARDOSO, 2009, p. 31). O livro *Memória sobre a tipografia maranhense*, de 1866, traz-nos preciosas e honestas informações do autor e impressor português Frias, domiciliado em São Luís. O autor/impressor comenta sobre operários, equipamentos, materiais de insumo, descrição cotidiana e administrativa, detalhes do ambiente gráfico ludovicense, suas dificuldades e soluções. Para Laurence Hallewell, o livro de Frias “[...] nos causa a impressão de ser uma das melhores obras do ponto de vista técnico e uma das mais agradáveis, esteticamente, da arte tipográfica brasileira do século XIX” (HALLEWELL, 1985, p. 193). O suporte papel, matéria-prima da tipografia, é abordado com relatos de Frias sobre a qualidade e a escassez do material no século XIX.

² *O Conciliador do Maranhão*. São Luís: Typographia Nacional Maranhense, 1821-1822.

³ Devido à pandemia do Covid-19, a análise das obras não ocorreu na Biblioteca Pública Benedito Leite – BPBL onde estão guardadas. A leitura foi feita nas edições disponibilizadas digitalmente. Por esse motivo, a investigação sobre a conservação foi restrita aos riscos, observações da intervenção na leitura e na estética das obras, o que se desenvolveu, razoavelmente bem, sem prejuízo à pesquisa deste trabalho.

Com olhar preliminar para as condições físicas do jornal e do livro, nota-se manchas no papel (provavelmente acidificação), rasgos, lacunas, marcas acentuadas do tempo e muitos riscos executados por rabiscadores, para não dizer vândalos. Esse fato me fez refletir sobre a educação patrimonial, não apenas no âmbito dos museus, como é normalmente tratada, mas igualmente na conscientização do público visitante sobre a preservação do bem público - livros, periódicos e documentos - em bibliotecas⁴.

Fez-se um breve histórico e detalhamento da constituição do suporte papel, por ser um elemento essencial na elaboração, na permanência e na resistência ao tempo das edições. Dessa maneira, investigar como esses impressos maranhenses com idades avançadas (200 anos o jornal e 155 o livro) sobreviveram até o momento impulsionou este estudo. Ponderando a quantidade de material gráfico impresso no mundo ocidental e até mesmo a produção dos nossos irmãos latinos⁵, desde o desenvolvimento da imprensa de Gutenberg, encontraremos obras com idade em torno de 500 anos, portanto, esta proposta poderia conotar em um questionamento irrelevante. No entanto, tratando-se de Brasil e levando-se em conta a dificuldade de se instalar uma imprensa nestas terras⁶, o clima tropical, a qualidade do papel naquele período, saber como esses “sobreviventes” maranhenses chegaram até os nossos dias e em que condições é necessário e consolador.

A metodologia utilizada foi qualitativa, com estudo de caso e com pesquisa bibliográfica, tomando como base autores que discutem os princípios gerais que norteiam a conservação preventiva de documentos gráficos com destaque para o papel. Não houve a intenção de fazer diagnósticos ou levantamento minucioso dos fatores que danificam os impressos, mas dar, de maneira geral, visibilidade para ações invasivas de intervenção extrínseca, provocadas no suporte papel com comprometimento visual estético. Essas atitudes “impensadas” no manuseio das obras colocam em risco a preservação do acervo em bibliotecas e a leitura das informações textuais.

⁴ Durante quatro anos, trabalhei na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e presenciei muitos exemplares danificados e rabiscados por diversos meios. Como ação de conscientização para evitar esse vandalismo, no dia 29 de outubro, Dia do Livro, fazíamos uma exposição com exemplares mais deteriorados com o comprometimento visual e estético. Esse tipo de agressão ao bem público é, infelizmente, uma constante em bibliotecas.

⁵ Em 1539, bem no início da imprensa no Ocidente, “[...] um impressor e seus auxiliares atravessaram o Atlântico em direção à Nova Espanha e começaram a imprimir na cidade do México” (Mc MURTRIE, 1982, p. 411).

⁶ Somente em 13 de maio de 1808 fundou-se a Impressão Régia, no Rio de Janeiro, no mesmo ano em que D. João VI veio para o Brasil.

Desse modo, a pesquisa não tratou das obras estudadas com olhar clínico de um conservador-restaurador, isto é, o profissional que atende às práticas capazes de devolver ao objeto deteriorado seu “esplendor” original sem interferir na proposta do autor, com tomada de decisão respeitando a integridade do conjunto (FERRÃO, 2007), mas com uma visão preocupada com a permanência de obras históricas em espaços públicos e de quem se preocupa com a fragilidade do papel. As análises visuais das edições investigadas foram realizadas por observação nas obras digitalizadas⁷, identificando a constituição do papel por fonte bibliográfica e descrições das ações extrínsecas invasivas.

Como causa extrínseca inclui-se a interferência nociva do homem como os maus tratos, entre eles, riscar, anotar e marcar, normalmente, com tinta no texto. Essas atitudes são comuns em bibliotecas, hábitos de pessoas que não pensam na preservação do documento e que se importam apenas com a informação textual, não levando em conta os danos provocados, muitas vezes, irreversíveis.

A preservação das informações textuais é atendida eficazmente com técnicas de reprodução e digitalização, que contribuem na conservação dos documentos gráficos. Essas técnicas, inclusive, são modos de acessos que inibem o vandalismo e preservam a obra original. Devido à grande quantidade de documentos dessas instituições, o recomendável é conservar as obras raras digitalizando-as, como ocorreu com nossos objetos de estudo. Alerta-se que somente digitalizar a informação não preserva o objeto histórico, o qual contém toda sua memória de produção, materiais envolvidos e o contexto em que foi idealizado. Se a matéria não for conservada, perde-se um bem material cultural.

Esses bens, como tal, testemunham materialmente a cultura humana e são importantes tanto para o conhecimento da história das civilizações como para os povos contemporâneos possam ver seu passado refletido nesses objetos e construir sua identidade. Por isso, a memória social depende da proteção dos elementos do passado e da forma pela qual estão ou podem se tornar ativos no presente. (CALDEIRA, 2006, p. 91).

Quando me refiro à documentação de arquivo, quero enfatizar a quantidade expressiva de documentos gráficos encontrados em bibliotecas públicas, locais que devem ter um cuidado maior na questão da conservação das obras. Conservar para não

⁷ Para acesso às obras digitalizadas, ver <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>.

restaurar é o meio mais adequado e barato para preservar o acervo. Para Norma Cassares, o conhecimento dos materiais guardados ajuda a manter a integridade de grande parte das obras. Nas bibliotecas e arquivos, é o papel suporte da informação que merece toda atenção e entendimento sobre ele, principalmente, “[...] diante dos fatores de degradação aos quais estão expostos. É a única maneira de estabelecer critérios de combate aos elementos nocivos à conservação e impedir que os documentos se percam para sempre” (CASSARES, 2000, p. 11).

Os conceitos de conservação e restauração ampliados para além dos bens imóveis deram suporte conceitual para o fortalecimento da ciência da conservação aplicada à documentação gráfica como um objeto histórico patrimonial. Françoise Choay define a expressão patrimônio histórico como

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras-primas da belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2006, p. 11).

Pode-se enquadrar o jornal *O Conciliador do Maranhão* e o livro *Memória sobre a tipografia maranhense* como patrimônios materiais maranhenses, pois dizem respeito à formação histórica local: um sobre o contexto político, administrativo e social de 1821, outro da vivência dos impressores e a situação das gráficas de São Luís em 1866, respectivamente. Neste sentido, esses objetos históricos tipográficos constituem um bem de valor cultural, guardam o modo de viver de antepassados maranhenses, contam a história de uma época e, conseqüentemente, participam da formação da identidade local, portanto, devem ser conservados e preservados.

Antes de analisar os objetos de estudo, utilizou-se as informações feitas por Frias sobre o papel. Sabe-se da importância do papel para a vida do impresso, ele está diretamente ligado à durabilidade e à permanência da informação, somado aos fatores intrínsecos e extrínsecos. Portanto, saber como esse suporte no século XIX era encontrado fez-se necessário. De maneira precisa, Frias mostra, na visão de quem trabalha e conhece o assunto, dados sobre a qualidade, dificuldade e propostas para solucionar os problemas da matéria prima da impressão.

O papel no oitocentos

O impressor Frias em suas *Memória sobre a tipografia maranhense* descreve um cenário bem detalhado das dificuldades e das soluções que a imprensa oitocentista passava e encontrava, como, por exemplo, a mão de obra, que ele sempre reclamava por não a achar profissional, as prensas modernas e obsoletas, as tintas, a estética dos impressos e os fatos cotidianos do mundo gráfico, inclusive, sobre os concorrentes.

O papel é citado no livro em dois termos “fraco” ou “comum” e “melhor”. O “papel comum”, segundo a explicação do impressor, é utilizado para edições econômicas (FRIAS, 1866, p. 21). Em termos de valores, Frias informa que o preço da resma do “papel comum” custava 12\$000 e a do “papel melhor” 15\$000 (FRIAS, 1866, p. 32). Até que a variação entre os valores não era alta, no entanto, em se tratando da quantidade de impressões e do número de páginas das obras, esse dado numérico torna-se significativo no planejamento da edição.

Sobre as dificuldades, ainda de acordo com Frias, “[...] o papel é um dos maiores embaraços com que lutamos”, ele reclama que além da qualidade também existe falta do produto para venda, sendo o papel superior mais disponível, mas que “[...] para qualquer obra melhor são quase sempre os donos delas que o mandam vir, no que nem sempre se dão bem [sic]” (FRIAS, 1866, p. 34).

Continua Frias descrevendo os problemas dele e dos colegas de profissão na aquisição do papel “matéria prima”, como ela influencia no crescimento da tipografia, bem como a limitação da importação da mesma, podendo comprá-la apenas em pequenas quantidades. “Todas as economias têm sido constantemente aplicadas ao melhoramento do material de nossas oficinas, não podendo cuidarmos no suprimento da matéria prima” (FRIAS, 1866, p.35). Tal assertiva explica o fato de que o próprio encomendador do livro deveria importar o papel de melhor qualidade e que ao impressor caberia investir os recursos que sobravam na melhoria dos equipamentos da oficina.

Enquanto qualquer tipógrafo não tiver depósito de papel, surtido conforme as necessidades do consumo, que só os da classe podem conhecer, a tipografia ha [sic] de lutar com grandes embaraços. Tenho ha [sic] dois anos uma obra para imprimir, que só agora pude começar por não haver no mercado papel senão comum; e tenho outra que já ha dois mezes [sic] espera papel, que agora deve estar em viagem. (FRIAS, 1866, p. 35).

Com tantos empecilhos em adquirir o papel de consumo, Frias propõe que o Maranhão, rico produtor de algodão, fabricasse papel de impressão. Aponta que embora o custo de produzir papel nacional ficasse mais elevado, um terço do valor da importação da Bélgica, mesmo assim, “[...] sempre nos ficaria mais barato, porque não estava sujeito a fretes, embalagens, seguros, comissões, direitos etc. etc.” (FRIAS, 1866, p.35). Reforça, ainda, a necessidade de produzi-lo na província e enfatiza a magnitude da empreitada que tanto beneficiaria o comércio como atenderia ao abastecimento interno. Outro ponto a favor estaria no barateamento das impressões, a empresa nacional “[...] seria para o Brazil [sic] e quiçá para a América do Sul, o que a Bélgica tem sido para a Europa e para o mundo inteiro” (FRIAS, 1866, p. 35).

O impressor enumera os benefícios que todos teriam com a empresa nacional e as melhorias com o crescimento das gráficas que, desse modo, poderiam investir em novas tecnologias e melhorar a qualidade, já elogiada, dos impressos. Ele conclui seu projeto com uma frase suplicante: “O meu prazer será igual ao daquele [sic], que consegue dar a mão, e arrancar das ondas, ao infeliz que se afoga” (FRIAS, 1866, p. 38).

Tinha fundamento a proposta de Frias. O Maranhão, por conta da produção de algodão, elevava-se a uma das mais prósperas províncias do Império. Em meados do século XIX, o desenvolvimento da província também se deu na produção de livros, alcançando um alto padrão técnico e estético, chamando a atenção para as editoras provinciais (HALLEWELL, 1985, p. 182). Desse modo, a produção de papel no Maranhão seria o elo de duas importantes atividades já desenvolvidas, agregando mais sentido à parceria proposta.

Apesar da boa intenção de Frias, a fabricação de papel no Maranhão não aconteceu.

Segundo Edson Motta e Maria Salgado, o início das fábricas de papel no Brasil sucedeu no Rio de Janeiro. A primeira empresa foi inaugurada entre 1809 e 1810 pelo português José da Silva. Em 1837, surge outra montada por André Gaillard e, em seguida, em 1841, tem início a de Zeferino Ferrez⁸. Os autores apontam que o *Relatório dos Negócios do Império* de 1846 informa que a fábrica de Zeferino Ferrez utiliza um sistema antigo de fazer papel ordinário e que em breve a fábrica produzirá “[...] com máquina de papel contínuo” (MOTTA; SALGADO, 1971, p.43). O mesmo relatório

⁸ Zeferino Ferrez (1797-1851) foi escultor e gravador. Integrou a Missão Artística Francesa de 1816.

comenta que André Gaillard também se preparava para introduzir “[...] uma fábrica de papel contínuo cujo mecanismo já existe nesta corte”, apesar da produção, a fábrica passou por várias dificuldades (MOTTA; SALGADO, 1971, p. 43).

A fábrica de papel que atendeu a produção da imprensa nacional foi a “Fabrica de Orianda”, construída em 1852, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, pelo Barão de Capanema, ela atendeu jornais como *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio da Tarde* e *Correio Mercantil*.

Faltava, na época, matéria-prima, o que obrigava o Barão de Capanema a importar trapos da Europa, porque não havia entre nós a indústria organizada do trapeiro, como ele reclamava. Outro golpe sofrido pela Fábrica foi causado pela peste bubônica de 1855, que atingiu todo seu operariado. Não obstante as vicissitudes permanentes ou ocasionais, a Fábrica de Orianda continuou a produzir papeis até 1874, quando foi decretada sua falência. (MOTTA; SALGADO, 1971, p. 44).

Observa-se, assim, a problemática do papel na produção do impresso no século XIX. Frias comenta sobre o papel importado da Bélgica, mas nada fala das fábricas nacionais, preferia acalentar o sonho de uma fábrica de papel de algodão no Maranhão. Essa adversidade, talvez, fosse devido à distância de São Luís com o Rio de Janeiro. Muito provavelmente, importar papel seria mais econômico do que trazer do sul do país, já que o porto maranhense era porta de entrada dos produtos europeus. Hallewell comenta que a separação geográfica “[...] [pelo menos três semanas do Rio, nos tempos de veleiro], que por si só bastaria para atenuar qualquer influência das províncias do Sul, combinou-se com os laços históricos com a Europa para retardar a integração da província ao Brasil” (HALLEWELL, 1985, p. 185). Assim, o autor endossa que a importação, apesar das taxas reclamadas por Frias, seria o caminho aplicado para a compra de insumos.

Mas o que significam papel comum, papel bom, papel contínuo, trapeiros, papel de trapo, termos utilizados pelos autores? Trataremos brevemente sobre a história do papel e sua composição, que determinou a divisão de qualidade entre papel bom e papel fraco, ocorrida principalmente no século XIX.

Papel: celulose de algodão e de madeira

A história do papel é longa, começou na China por volta de 105 d.C. Atribui-se a invenção desse material a Ts'ai Lu, funcionário do imperador. Não há certeza se ele mesmo fabricou o papel ou foi um mero funcionário administrativo que oficializou a notícia, mas a verdade é que foi na China que o papel de trapo começou a ser fabricado e levou em torno de mil anos para chegar ao Ocidente⁹.

O papel de trapo era feito por meio da maceração de tiras de tecido principalmente de algodão ou linho, imersos em água até que a celulose soltasse, formando uma pasta suspensa no tanque. Por meio de moldes com rede e grades vazadas imersas nesse tanque, a fibra recolhida, escorrida a água, era depositada em finas camadas sobre um feltro formando as folhas. Esse sistema chinês foi incorporado no Ocidente substituindo, lentamente, o pergaminho, suporte de pele de animal utilizado para a escrita e a imagem desde o século V.

O termo “trapo” ficou registrado na história por ser a matéria prima utilizada por longo tempo para designar o papel de qualidade. Esse trapo provinha de roupas de algodão ou linho que os trapeiros¹⁰ compravam, depois vendiam para os moinhos que picavam o tecido em tiras para a produção do papel (CASANOVA, 1991).

O papel feito com essa matéria prima foi amplamente fabricado no ocidente de maneira manual até o século XVIII, quando o francês Louis Robert (1761-1828) concebeu a primeira máquina de fazer papel em bobina, em 1789. O método de fazer papel de forma contínua em bobina, não mais em folhas e totalmente mecânico alterou profundamente o processo manual. A alta produção das folhas consumia uma quantidade muito grande de trapos, já caros e escassos. Neste contexto, no século XIX, a polpa derivada do linho e algodão dá lugar à pasta mecânica feita com celulose de madeira, significativamente mais econômica que o processo anterior. Desse modo, o papel de trapo feito manualmente tinha estabilidade química muito maior que o da madeira que, por ter alta concentração de lignina¹¹, prejudicava a resistência do papel, causando a sua deterioração progressiva (VIÑAS, 2018, p. 74).

⁹ Essa informação é compartilhada por vários autores Viñas (2018), Mc Murtrie (1982), Casanova (1991), Febvre e Martin (2000) e Ivins (1975).

¹⁰ Trapeiro foi uma profissão muito lucrativa do século XV ao XVIII, consistia em comprar com dinheiro ou miudezas trapos velhos que eram separados e depois vendidos aos moinhos para fabricar papel. No começo procurava-se o trapo próximo ao moinho, com o desenvolvimento da produção papeleira o trapo se torna mais escasso e tem de ser procurado mais longe, o preço sobe e passa a ser mais raro (FEBVRE; MARTIN, 2000, p. 39).

¹¹ Lignina é um produto encontrado nas intercélulas da madeira e frequentemente é confundida com a celulose. Quando não é eliminada no preparo da polpa, o papel torna-se de qualidade inferior, em cor, textura e resistência. Os meios utilizados para a extração da lignina também colaboram para aumentar a acidez do papel comprometendo a sua qualidade (MOTTA; SALGADO, 1971, p. 54).

A qualidade que Frias fala ao tratar de superioridade e variedade de papel vem desse procedimento de fabricação. Os periódicos impressos, no caso dos jornais, sofrem mais ainda do que os livros. Pois o papel para essa tipologia de impresso, por ter tiragens constantes e muitas vezes diárias, teria preço razoável ao consumidor e, assim, o papel escolhido, o mais barato, recebeu a denominação de “comum” por Frias.

O autor e também impressor Mc Murtrie aponta para o problema da qualidade e durabilidade dos jornais impressos em papel de pasta de madeira. Para ele, a vida média desses periódicos é pequena e se deteriorará por volta de vinte anos, “[...] um dos mais sérios problemas é o da conservação dos nossos jornais mais importantes para o uso de futuros historiadores”, por conta dessa dificuldade, “[...] alguns jornais modernos, como, por exemplo, o New York Times e o Chicago Tribune imprimem agora uma edição especial de cada tiragem com papel feito exclusivamente de farrapos [trapos], para se conservarem para sempre em algumas bibliotecas importantes” (Mc MURTRIE, 1982, p. 90).

Na verdade, o papel de trapo com longo período de produção deixou quantidade significativa de impressos com visível estabilidade química, o que não ocorreu com o papel de pasta mecânica. Mas não é apenas esse fator que interfere na vida de uma obra gráfica, como veremos nas análises do jornal *O Conciliador do Maranhão* e da *Memória sobre a tipografia maranhense*, de Frias.

Quem conserva e quem danifica

Não entraremos nas discussões e sistematizações sobre as teorias clássicas de patrimônio e da conservação e da restauração¹², mas, como pressuposto, a preservação do bem público disponível em biblioteca. Como já foi citado, a maior parte do acervo das bibliotecas é constituída de papel em que a informação é registrada, não sendo redundante, mas sim enfático dizer que é um material frágil e merece cuidados e vigilância.

Nesse caso, a conservação preventiva é eficaz e envolve a ética na preservação do patrimônio cultural e na sua materialidade,

¹² Com vasta publicação sobre patrimônio cultural e conservação de bens, ver instituições como: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM); Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR); Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR).

[...] porque a desaceleração da marcha da deterioração permite que os objetos sejam transmitidos com autenticidade material para o futuro. A autenticidade material é uma das questões mais importantes na transmissão do legado de épocas passadas para o futuro, porque é o que estabelece novas possibilidades de interpretação do passado gerando, com isto, o crescimento cultural, porque a autenticidade material não é um valor de referência abstrato, mas o valor precípuo do objeto que sobrevive no tempo. (CARVALHO; GÜTHS, 2007, p. 42).

Desse modo, para manter o acervo de documentos gráficos acessível e as informações preservadas para as gerações futuras, bibliotecas, museus e arquivos, devem praticar a conservação preventiva que “[...] se aplica a todos os elementos do patrimônio em situação de deterioração ativa ou não, visando protegê-los de qualquer agressão natural e humana” (CARVALHO; GÜTHS, 2007, p. 36). É sobre a ação humana que analisaremos.

Como ferramenta para alcançar a conservação de um bem, relacionou-se a educação patrimonial como fator imprescindível para que esta ação aconteça, colocando um indivíduo que, pressupõe-se, desconhece o que significa conservar um bem e que precisa ser educado. Mas quem realmente precisa ser educado? Então, deve-se conhecer para preservar?

Simone Scifoni nos faz refletir sobre esta máxima: “conhecer para preservar”. Para a autora, essa máxima é um jargão comumente utilizado para justificar a necessidade de ações educativas. “Repetida à exaustão, ao longo do tempo, a expressão resultou na incorporação naturalizada dessa concepção, a ponto de ter se tornado uma verdade inquestionável” (SCIFONI, 2019, p. 17). Pensando dessa maneira, admite-se que quem deve ser educado é aquele que desconhece as causas de salvaguarda do patrimônio, é como se o conhecimento levasse a sua preservação.

No passado, o pressuposto do qual se partia era o da falta de conhecimento público do novo instrumento legal e da nova ideia da herança coletiva, e a solução proposta era a da educação para civilizar os incultos, para esclarecer os ignorantes. Educação vista como sinônimo de levar conhecimento e informação e como necessidade para garantir a preservação, para salvar o patrimônio. (SCIFONI, 2019, p. 27).

Scifoni ilustra seu argumento com vários exemplos de lutas populares que alteraram as propostas de tombamento e preservação, e alerta com um exemplo de que

quem é o dono do imóvel, normalmente, é o que visa a especulação e o “ir abaixo” do patrimônio. Além disso, ele sabe muito bem o que está fazendo e o significado do imóvel como um bem patrimonial. Mas onde queremos chegar com essa colocação? Refletimos: quem danificou rabiscando o jornal e o livro seriam pessoas “incultas” ou “ignorantes”?

Observando os objetos de estudo, nota-se que eles são impressos antigos sem imagens. A partir do assunto predominante do século XIX, tem-se a possibilidade de que quem teve contato com essas obras não foi o público comum, mas, presumivelmente, pesquisadores, estudantes e interessados da área, em busca de informações textuais específicas. Pensando assim, quem rabiscou as folhas com pena, caneta ou lápis tinha conhecimento da antiguidade das obras. Mas teria ponderado sobre a fragilidade do papel? A irreversibilidade dessa ação? A permanência legível do texto? Seria imprudente respondê-las sem estudo minucioso, mas as marcas estão lá dizendo por meio de código gráfico: “passei por aqui”, “informação boa”, “não esquecer este nome”, por exemplo; quem fez essas marcas esqueceu ou ignorou que a obra é um bem público e, portanto, deve ser preservado para que outras pessoas possam ter acesso a essas informações de maneira clara¹³.

A melhor política de preservação está na prevenção que efetivada reduz a deterioração do objeto evitando a restauração. As causas de degradação podem ser intrínsecas, diretamente ligadas à manufatura e à natureza do papel (questões químicas), e extrínsecas, causas físico-mecânicas de alteração e físico-ambientais que têm efeitos como: umidade/temperatura, luz, fatores biológicos (roedores, insetos bibliófagos, micro-organismos), causas extraordinárias ou catastróficas e outras causas, neste último, encontra-se o humano.

O homem é, em certo modo, a causa direta ou mediada de todos os processos degradantes de nosso documento, ainda que, também, por outro lado, contribua com sua conservação e seja a última razão da mesma. A necessidade de leitura de textos documentais e bibliográficos, com resultados que a sua manipulação, mesmo a mais cuidadosa, está entre as causas inevitáveis de sua deterioração. Somente na medida em que possamos evitar a consulta direta do original e a transferência que isso acarreta, iremos preservá-lo definitivamente. (CRESPO; VIÑAS, 1984, p. 10, tradução nossa).

¹³ Considerei neste parágrafo o consulente mais atual (séculos XX e XXI). Puderam-se identificar canetas esferográficas, e não o que usou a tinta ferrogálica que, provavelmente, foi uma ação contemporânea ao jornal. Portanto, o impresso não teria naquele momento um valor histórico para quem o fez; mas essa anotação, com tinta ferrogálica, aparece apenas na assinatura e na rubrica, não interfere na leitura do jornal por estarem somente nas capas, diferindo das outras marcas.

As duas obras em análise estão digitalizadas, não sabemos se as intervenções ocorreram antes ou depois da digitalização, no entanto, esse procedimento de preservação do suporte é recomendável e, em certo ponto, eficaz, entretanto, é uma ação cara que requer recursos financeiros e escolhas. Portanto, instituições mantenedoras de fundos documentais gráficos devem preservar as obras do acervo que são vistos como objetos de memória social, conservar as informações e torná-las disponíveis à sociedade, principalmente as que estão catalogadas como obras raras.

O Conciliador do Maranhão e Memória sobre a tipografia maranhense: as marcas

Como já foi explanado, não houve objetivo de analisar a interpretação textual do jornal, tampouco realizar diagnóstico físico completo dos objetos em estudo, e sim como se encontram visualmente, destacando as marcas deixadas por consulentes ocorrendo danos invasivos e estéticos.

Começamos pelo mais antigo, a saber:

A atividade tipográfica no Brasil iniciou com a instalação da Impressão Régia, instituída pelo decreto de D. João VI, em 13 de maio de 1808, no Rio de Janeiro (GARCIA, 2009, p. 13). Logo após, surgem prelos na Bahia (1811), no Recife (1815) e no Maranhão (1821) (ANDRADE, 2009, p. 48). Assim, o Maranhão está entre os primeiros estados a desenvolver impressos gráficos no Brasil e começou com um jornal em São Luís.

Esse jornal foi o *O Conciliador do Maranhão*, introduzido na província pelo presidente Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1780-1830), em novembro de 1821, quando instalou um prelo oficial para produzir o jornal do governo (HALLEWELL, 1985, p. 185). Divulgava principalmente atos administrativos maranhenses, notícias da corte e algumas transcrições, circulou até 16 de julho de 1823 (FERNANDES, 2015, p. 40). Ele foi impresso na “Typographia Naccional Maranhence [sic]” e reconhecido como primeiro prelo do Maranhão.

Em todas as capas dos números do jornal há uma rubrica, talvez do proprietário desses impressos. Alguns exemplares contêm carimbo em azul com a informação “Biblioteca Pública do Estado do Maranhão - Arquivo Ribeiro do Amaral”,

e estão sob a guarda da Biblioteca Pública Benedito Leite¹⁴, em São Luís. O documento investigado está digitalizado, com 14 meses de publicação disponíveis, iniciando (nº 1) “Domingo, 15 de Abril de 1821” e terminando no (nº 101) “Sábado 29 de Junho de 1822”. As publicações saem, geralmente, às quartas-feiras e sábados, o número de páginas varia entre 4 (a maioria) e 6, podendo ter 8 em algumas vezes. Foram lançados 49 números em 1821 e no ano seguinte 51 números, acrescidos de seis Suplementos, com tipologia diferente, em relação ao título do jornal, quantidade que demonstra uma regularidade das publicações.

Na edição de 6 abril de 1822, o título do jornal muda, ficando somente *O Conciliador*, excluindo “do Maranhão”. Surge sobre o novo nome uma imagem oval com ramos na lateral fechando em laço, legenda com frase em latim *Habet Concordia Signum* e a imagem de duas mãos se cumprimentando. A tipologia também muda, a primeira com tipo leve e vazado das letras passa para caracteres fechados, robustos e destacados. Entre as publicações encontram-se o Suplemento com tipos diferentes dos anteriores. Além desse fato, a visualidade da capa do jornal continua a mesma nos períodos analisados.

Figura 1 – Tipologias usadas no jornal *O Conciliador*: esquerda, 1821; centro, *Suplemento*; direita, 1822



Fonte: Imagem capturada do arquivo em PDF pela autora (2021).

Na questão física, o jornal apresenta nas primeiras páginas margens com lacunas e rasgos que prejudicam a informação, diversas marcações em quase todas as páginas. Uma assinatura configura somente na capa do nº1 e uma rubrica em todas as outras, ambas escritas com tinta ferrogálica.

É alarmante a quantidade de riscos e sinais executados com tintas caligráficas azul, vermelha, verde, borrões, lápis, ações intercaladas ou conjuntas dependendo da página, um espantoso rastro humano. Ao longo das edições, as perdas de suporte não são tão presentes quanto nas duas primeiras páginas, encontramos

¹⁴ Não há registro de entrada do jornal na Biblioteca Pública Benedito Leite, segundo informação do setor de aquisição, a resposta enviada por e-mail diz: “Não conseguimos achar registros da forma de aquisição, tão pouco a data precisa, só encontramos registro de entrada no mês de Julho de 1821”.

prejudicando a leitura e a digitalização sem foco, nas quais não é possível ler o texto, mas igualmente em pequena quantidade. O que predomina são as marcas influenciando na leitura e prejudicando a estética das páginas realizadas por consulentes específicos.

Figura 2 – Primeiras páginas do *O Conciliador do Maranhão*¹⁵ (1821), deterioração das margens com perdas de informação e marcas de caligráficas e borrões no texto.



Fonte: Imagem capturada do arquivo em PDF pela autora (2021).

Sob o aspecto da conservação, as tintas são identificadas como estáveis e instáveis. São tintas estáveis aquelas que têm equilíbrio físico-químico, neutralidade com o suporte e são resistentes às influências dos fatores ambientais. As tintas instáveis, pelo contrário, sofrem alterações na sua composição e atacam direta ou indiretamente o suporte. A tinta da assinatura e da rubrica é a que apresenta maior ação de deterioração no papel do jornal por ser ferrogálica. Essa tinta, também conhecida por noz-de-galha, era extraída do resultado da picada de certos insetos em carvalhos produzindo excrescências denominadas galhas, ricos em ácido gálico e ácido tânico, extraídos com água. Nessa extração obtém-se uma solução praticamente incolor que misturada com uma solução de sulfato de ferro ou sal de ferro, passa a negra purpúrea sob a ação do oxigênio do ar, tornando-se cada vez mais negra e corrosiva à medida que vai

¹⁵*O Conciliador do Maranhão*. São Luís: Typographia Nacional Maranhense, 1821-1822.

envelhecendo ao ponto de partir o papel e perder a informação. Ela foi muito comum na Europa desde a Antiguidade e usada até princípios do século XX (VIÑAS, 2018, p. 103).

Com análise visual, nota-se essa reação ocorrendo com a assinatura e rubrica do jornal, em todas as capas das edições, ela está ativa. Ainda não há recurso eficiente e acessível para conter o avanço da deterioração provocada por essa tinta, muitos documentos estão condenados à destruição.

Figura 3 – Assinatura e rubrica feitas com tinta ferrogálica

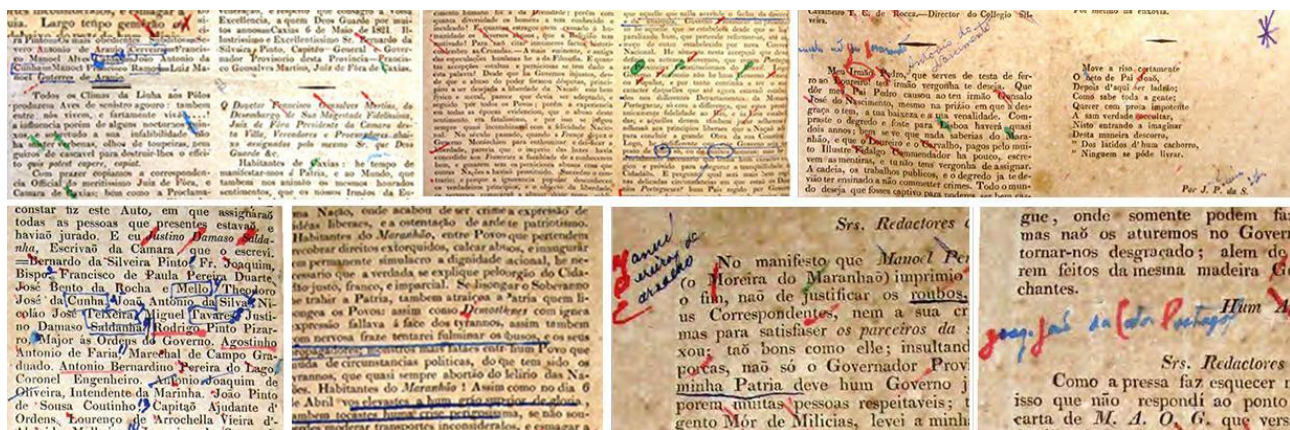


Fonte: Imagem capturada do arquivo em PDF pela autora (2021).

Na Figura 3, a assinatura “José [...]” (lado esquerdo) encontra-se apenas na primeira página do jornal (na primeira edição) já com perdas de informação, nas duas rubricas percebe-se, também, a ação da acidificação da tinta. No centro, a de cor castanha mais clara, a ação ainda é estável e legível, enquanto a da direita está praticamente ilegível, a tinta migrou, ocasionando sombras, dificultando a leitura e o rompimento de uma parte do papel abrindo lacuna. As demais tintas são menos nocivas, não chegam ao ponto de perda do suporte, mas migram lentamente e podem com o passar do tempo (não sabemos quando foram feitas) borrarem, interferindo na leitura do documento, inclusive no verso da página.

Os 14 meses de publicação do jornal *O Conciliador do Maranhão* estudados neste trabalho constituem em 465 páginas. Analisou-se todas elas, e verificou-se que nas publicações de 1821, com suas 150 páginas, 138 estão com riscos e/ou com borrões, portanto, apenas 12 permanecem sem intervenção. A publicação de 1822, com 315 páginas, constam 244 intervencionadas, restando 71 no estado original. Dessas páginas sem intervenção, a maioria é a capa (desconsiderando a rubrica). O resultado mostra uma quantidade alarmante, em torno de 80% das 465 páginas investigadas possuem interferências gráficas executadas por pessoas que desconhecem ou ignoram o que significa “bem público”.

Figura 4 – Detalhes das páginas riscadas do jornal *O Conciliador*



Fonte: Imagem capturada do arquivo em PDF pela autora (2021).

O jornal ao longo dos seus 200 anos de idade elenca uma variedade complexa de possibilidades de ferramentas usadas para a escrita (riscos), identificadas no documento, leva-nos a inferir que podem ser pena (ave), pena de metal (estilográficas), esferográfica (bolígrafo) e lápis.

Desde finais do século XIX, há uma grande gama de materiais e utensílios para a escritura, com uso de tintas variadas. As ferramentas para a escrita diferiram segundo o material usado. Historicamente, temos os caldeus usando uma espécie de cinzel para gravar nos tabletes de argila, os romanos o *stylus* e estiletos (haste de metal ou osso) para as placas enceradas. O *calamus* de bronze, ou caniço, foi o precursor da pena metálica, muito usada no século VI ou VII da nossa era, substituído pela pena de ave, amplamente usada até chegar ao mercado a pena metálica. Segundo Martins, não há consenso de quando a pena metálica surgiu, dados informam que desde o século XIV começaram a ser fabricadas penas de ferro, já outra fonte aponta a descoberta em Pompeia, mas certamente o uso generalizado foi no século XIX. O lápis, por sua vez, data do fim da Idade Média (MARTINS, 2001, p. 69).

De certo, a tinta ferrogálica foi a ação mais antiga empregada no jornal, provavelmente, com pena de metal. A pena de metal muito usada até meados do século XX pode usar outras tintas (como a caneta tinteiro), no jornal percebem-se borrões que devem ter sido produzidos na manipulação dessas penas com tintas azuis e vermelhas.

Continuando a análise, seguimos para o outro objeto de estudos, o livro *Memória sobre a tipografia maranhense*¹⁶, impresso e escrito por José Maria Corrêa

¹⁶ O livro de Frias está catalogado na Biblioteca Pública Benedito Leite, Tombo 0029487/2003, registro no setor de aquisição nº 1129/74. Aquisição feita por doação em 11/03/1974. Seção *Obra Rara Maranhense*.

Frias em São Luís. César Marques (1826-1900), contemporâneo de Frias, aponta com entusiasmo São Luís como local de prelos respeitados pela produção de bons impressos gráficos. No seu *Dicionário histórico, geográfico, topológico e estatístico do Maranhão*, impresso por Frias, relata:

Grandes e nítidas edições têm sido feitas nesta cidade, cuja fama de perfeição em suas impressões corre por todo o império, e é ela tão bem formada que na exposição do Rio de Janeiro de 1866 os únicos prêmios dados a impressores couberam às tipografias de Frias e B. de Matos, que expuseram além de outras obras, a Memória feita por Frias, trabalho feito especialmente para essa Exposição. (MARQUES, 1870 apud FERNANDES, 2015, p. 43).

Corroborando com Marques, muito tempo depois, temos Laurence Hallewell apontando igual relevância à província e destacando também os impressores Belarmino e Frias. Para ele, São Luís por volta de 1840 até 1880, tem reconhecida importância na corte pela qualidade de seus impressos e cita Belarmino e Frias como responsáveis pelo desenvolvimento técnico/gráfico no período, fato acentuado por serem concorrentes e buscarem impressões sempre melhores.

Durante esses anos, São Luís foi não só o mais importante centro editorial da província, e o único de importância nacional, como também o lugar em que a qualidade do trabalho dos melhores impressores ultrapassava toda e qualquer realização da corte nessa época. Dois nomes se destacam: Belarmino de Mattos e José Maria Corrêa de Frias, rivais amistosos, cujos contínuos esforços para superar as realizações um do outro foram a causa principal do desenvolvimento técnico e estético da produção de livros no Maranhão. (HALLEWELL, 1985, p. 185).

As considerações deixam de maneira clara a importância da produção de Frias para a história gráfica do Maranhão. Tudo começou por falta de habilidade como impressor de Cunha Torres, que contrata Frias para ser gerente de sua gráfica. Torres morre em 1857, a partir de então Frias torna-se o proprietário do estabelecimento. Entre muitas publicações que ele fez, podemos citar o *Livro do povo* (1861), de Antônio Marques Rodrigues, com cinco edições, o primeiro romance de Aluísio de Azevedo *Uma lágrima de mulher*, *História de Gil Braz de Santilhana* (1866) com 576 páginas, além de várias outras publicações. Na opinião de Frias seu melhor trabalho foi o livro *Apontamentos para o Dicionário histórico, geográfico, topológico e estatístico do Maranhão* (1870) de Cesar Augusto Marques (HALLEWELL, 1985, p. 191).

Joaquim Serra (1838-1888), que faz um bom levantamento das gráficas no Maranhão, aponta que a tipografia de Frias estava sempre procurando melhorar suas edições e reforça que foi esse impressor que fez as primeiras grandes tiragens:

Foi n'essa typographia [sic] que, pela primeira vez, se fizeram grandes tiragens de obras de grande tomo. As mais extensas edições no Maranhão até o aparecimento [sic] do Livro do Povo, era de mil exemplares; o Sr. Frias foi o iniciador das edições de dez e dezesseis mil exemplares. (SERRA, 1883, p. 16-17).

Para Hallewell, a melhor publicação de Frias, que ele mesmo escreveu, foi um pequeno livro para a Exposição Provincial do Maranhão, em 1866, com título *Memória sobre a Tipografia Maranhense* (HALLEWELL, 1985, p. 191), também elogiada por César Marques.

Com 40 páginas, a edição possui cantoneiras ornamentais impressas nos quatro cantos da folha funcionando como uma delicada moldura, ligadas por finos frisos lineares. No frontispício há um carimbo “Biblioteca Publica do Estado do Maranhão, Arquivo Ribeiro do Amaral” e outro cortado pela digitalização com assinatura (ou rabisco) de caneta. Informações da edição, o emblema da coroa e impresso em 1866, pelo próprio Frias.

O livro foi digitalizado com contraste intenso, camuflando os riscos coloridos, deixando o texto impresso esmaecido, desfocado em boa parte. Em comparação com o jornal *O Conciliador*, o livro de Frias possui menos intervenções¹⁷, mas não deixa de ser um fato análogo de ação invasiva e irreversível.

Figura 5 – Frontispício e introdução do livro *Memória sobre a Tipografia Maranhense*

¹⁷ Consta no registro da BPBL que o livro de Frias entrou no acervo em 1974, portanto, com tempo muito menor de acesso do que o jornal *O Conciliador*. O que também caracteriza a ausência de anotações com a tinta ferrogálica.

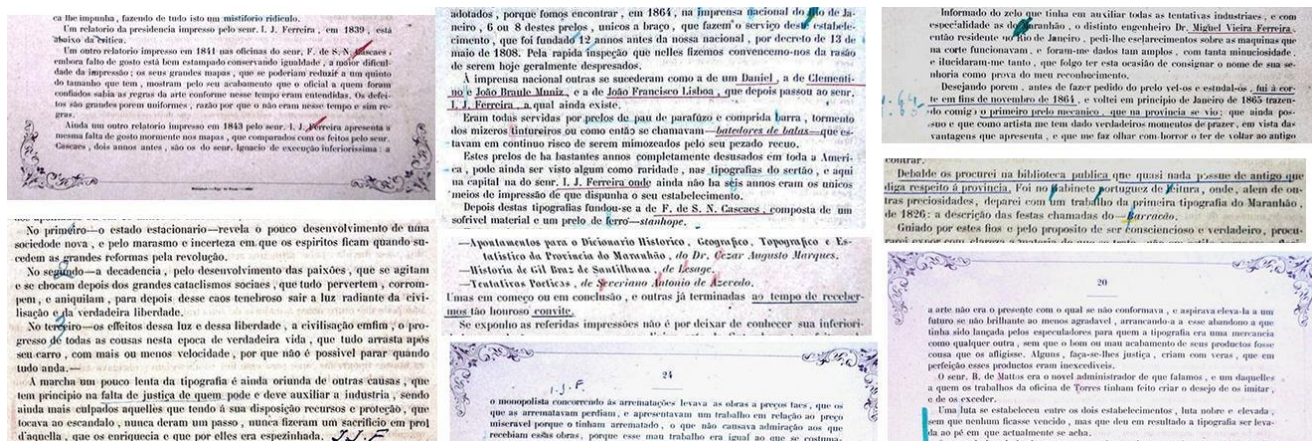


Fonte: Imagem capturada do arquivo em PDF pela autora (2021).

As cores dos riscos são azul (claro e escuro) e vermelho, nota-se que muitos sublinhados foram feitos com régua, um requinte e sutileza do consulente agressor.

As linhas dos riscos não estão bordadas e nem encontramos borões (gotas) provocadas pelo bico da caneta de pena (ou tinteiro), usa-se, supostamente por esse motivo, caneta esferográfica; alguns riscos estão largos e indefinidos provavelmente feitos com caneta de ponta porosa. Das 40 páginas, 37 contêm algum tipo de risco, portanto, somente três estão intocadas.

Figura 6 – Detalhes das páginas com as intervenções – Livro *Memória sobre a Tipografia Maranhense*



Fonte: Imagem capturada do arquivo em PDF pela autora (2021).

Comparando o jornal *O Conciliador* com o livro de Frias, as intervenções no livro são bem menores, não interferindo muito na estética e na leitura do impresso. Cabe notar que o livro deu entrada na Biblioteca Pública Benedito Leite em 1974, desse modo, ficou menos tempo acessível ao público leitor; no entanto, os riscos tanto no jornal como no livro são posturas incorretas. Independentemente do tempo, a ação não isenta o consulente do seu ato agressor.

O jornal com informações gerais da época do início da imprensa no Maranhão deve ter atraído mais consulentes interessados no seu conteúdo do que o livro de Frias, publicado já em meados do século XIX, abordando assuntos específicos sobre a gráfica e seus problemas. Mas o livro de Frias não deixa de ser um importante documento para investigadores da história da imprensa nacional, voltado às práticas, fazeres e saberes de impressores, pois trata de uma descrição pessoal do *modus operandi* dos prelos de meados do oitocentos.

Ao final da publicação encontra-se o depoimento de Frias que mostra bem a personalidade desse impressor no relato acalorado do seu trabalho, dedicação e humildade, daquele que é considerado como um dos mais importantes impressores do Maranhão. Segue a transcrição exata com o formato da escrita do oitocentos e com os possíveis erros ortográficos, comentados pelo próprio Frias, sem [sic] para não prejudicar a leitura visualmente. Desse modo respeitou-se o que o autor diz sobre o zelo que faz na distribuição dos tipos, o título do texto é *Cavaco*:

Escrevi esta memoria com o fim unico de prestar algum serviçi á industria que exerco, e sem pretenções literarias. Sem estudos que os primarios, embora dedique ás letras quasi regularmente quatorze horas por dias, pouco sei em literatura; por que sendo doze dessas horas dadas ás letras de chumbo, só duas pertencem a essas que representam a outra especialidade: por isso não é para admirar o desequilibrio, e que no meu escrito encontre a crítica pano para mangas. Pode cortar as á vontade, comtanto que não me mexa nos tipos dos quaes sou muito zeloso. Muitos erros devem ter escapado e n'alguns reparei, como duas vezes trinta por tinta; desses e doutros peço desculpa e dou como razão ser eu um rabiscador mais infeliz que os outros. Elles escrevem e mandam compor e imprimir; mas eu escrevi, li nas formas, li nas provas. corriji, emendei, paginei, apertei, registrei e imprimi, e tendo de dividir a atenção entre o escrito e o impresso, não admira ppor isso que o artista sacrificasse o literato! (FRIAS, 1866, p. 39).

O depoimento reforça ainda mais a preciosidade dessa pequena e premiada publicação, um rico conteúdo do oitocentos que merece desdobramentos futuros.

Considerações finais

Pretendeu-se neste estudo alertar a fragilidade das obras em papel e que ações que parecem “ingênuas” são prejudiciais para a obra em si e para a informação, além de atuarem como incentivador para as novas agressões. Não importa a idade do bem público, ele deve ser preservado pela instituição em seu estado físico e textual, para garantir de maneira legível as informações.

Os dados levantados mostram que em torno de 80% das 465 páginas do jornal *O Conciliador do Maranhão* e 90% das 40 páginas do livro *Memória sobre a tipografia maranhense* estão com marcas irreversíveis, não há meio eficiente de remoção desse rastro deixado por consulentes egocêntricos.

O jornal, o mais antigo e mais frágil pela própria constituição do papel, traz excessiva quantidade de intervenções ao ponto de incomodar e prejudicar a leitura, com muitas cores e riscos que assinalam, circulam, sublinham, grafam letras, nomes ou frases. O fato de estarem evidenciadas no texto ofusca o interesse de outro leitor e induz para leitura indesejada, isto é, acabamos seguindo o ímpeto do rabiscador. Na biblioteca que trabalhei, ao receber de volta um livro todo grafado com caneta marca texto, perguntei para a consulente porque havia feito aquilo, a resposta dela foi espantosa: achava que estava ajudando outras pessoas a encontrarem as partes mais importantes com as marcações e assim facilitar o caminho. As marcas mais importantes para ela não querem dizer que sejam relevantes para outro leitor, uma ingenuidade que desfalca o bem público. E um mau exemplo que pode ser seguido por outros leitores¹⁸.

O jornal por ter uma conotação ordinária e, para alguns, descartável, distancia esse tipo de consulente da noção de objeto histórico que ele representa com seus muitos anos de existência, importando-se apenas com a informação textual. A obra digitalizada pode aparentar que a informação já está preservada, portanto, por suposição, a materialidade em si pode ser danificada.

A digitalização desses objetos históricos ajuda a preservá-los, mas pode ocorrer certo “esquecimento” da obra no acervo da biblioteca, onde a deterioração biológica, química ou física pode estar ocorrendo sem chamar a atenção. A manipulação consciente e responsável promove oxigenação do objeto quando é folheado, insetos

¹⁸ Sabe-se que é regra das bibliotecas o uso somente de lápis para anotações durante as consultas. O lápis (macio) se utilizado para rasurar a obra pode ser removido com borracha. Esta regra básica foi ignorada por indivíduos que deixaram suas marcas para sempre na memória desses impressos raros.

podem ser afastados e notifica-se ao bibliotecário se observada alguma situação de risco do impresso.

Por fim, um desdobramento interessante na investigação dos autores dos “maus tratos” das obras seria observar as edições na biblioteca e compará-las com as digitalizadas, com o objetivo de verificar se as marcas gráficas continuaram mesmo depois da digitalização, inferindo-se que o consulente não acessou o digital. Outro desdobramento seria com o tipo de risco, se ele é recorrente em outras obras gráficas do século XIX, nesse caso, identificando o rastro do infrator por meio do seu “estilo” que, com certeza, não é de um consulente leigo.

Referências

Documentos

a) Jornais

O Conciliador do Maranhão. São Luís: Typographia Nacional Maranhense, 1821-1822.

Bibliografia

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Processos de reprodução e impressão no Brasil, 1808- 1930. In: CARDOSO, Rafael (org.). *Impresso no Brasil 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009. p. 45-65.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação preventiva: histórico. *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006.

CARDOSO, Rafael (org.). *Impresso no Brasil 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.

CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de; GÜTHS, Saulo. Conservação preventiva: ambientes próprios para coleções. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia S.; ROCHA, Cláudia R.A.(org.). *Conservação de acervos: MAST Colloquia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007. v. 9. p. 25-43.

CASANOVA, Maria Conceição. O Papel como material a conservar. *Cadernos BAD 2*, Lisboa, n.2, p.79-93, 1991. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/2287/2051>
Acesso em: 30 ago. 2020.

CASSARES, Norma C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

CRESPO, Carmen; VIÑAS, Vicente. *La Preservación y restauración de documentos y libros en papel: un estudio del RAMP con directrices*. Paris: UNESCO, 1984.

FEBVRE, Lucien; Henri-Jean Martin. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000.

FERNANDES, José. *A indústria gráfica no Maranhão*. São Luís: Gráfica Minerva, 2015.

FERRÃO, Maria Teresa S.N. Integridade do papel e a estética na restauração de obras raras. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, v. 2, n. 6, p. 349-352, 2007.

FRIAS, José Maria Correa de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. São Luís: J.M.C. de Frias, 1866.

GARCIA, Lucia. A biblioteca Nacional como guardiã da memória gráfica brasileira. In: CARDOSO, Rafael (org.). *Impresso no Brasil 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009. p. 13-30.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1985.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

Mc MURTRIE Douglas C. *O livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MOTTA, Edson; SALGADO, Maria Luisa Guimarães. *O papel*. Petrópolis, RJ: Editora Museu das Armas F. da Cunha, 1971.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. *Revista CPC*, São Paulo, n. 27 especial, p. 14-31, jan./jul. 2019.

SERRA, Joaquim (*Ignotus*). *Sessenta annos de jornalismo: a imprensa no Maranhão 1820-1880*. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1883.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *La restauración del papel*. 2 ed. Madrid: Tecnos, 2018.